

Informação à Imprensa

Schengen: Carlos Coelho exige explicações aos Estados-Membros sobre as fronteiras

Bruxelas, 08-11-2017

www.carloscoelho.eu

O Presidente da **Task Force para Schengen** do Parlamento Europeu, **Carlos Coelho**, reuniu hoje com a Comissão Europeia para discutir a situação na **Alemanha, Áustria, Dinamarca, Noruega e Suécia**, que, contra a recomendação da Comissão Europeia, decidiram manter os controlos nas suas fronteiras internas desde Maio de 2016.

Carlos Coelho lembrou que *“apesar de termos reforçado as fronteiras externas, os Sistemas de Informação e o Sistema Europeu Comum de Asilo, estes países decidiram, de forma atabalhoada, comunicar que irão manter controlos nas fronteiras internas. Sem explicarem de forma fundamentada as razões que os motivam”*.

O Deputado ao Parlamento Europeu sublinhou que **“os Estados-Membros estão a colocar em risco a maior conquista do processo europeu, que é Schengen. Temo que o restabelecimento de controlos nas fronteiras internas se tenha vulgarizado como instrumento de propaganda nacional. Se estamos realmente perante circunstâncias excepcionais, como é invocado no discurso político, os Estados-Membros deveriam ter argumentos fundamentados para justificar a sua decisão”**.

O Deputado Social-Democrata lembrou ainda que *“o Parlamento Europeu tem o poder de escrutinar e garantir o bom funcionamento de Schengen. **A liberdade de circulação é o direito mais importante** para os cidadãos europeus, que este Parlamento representa. Por isso, **apelei à Comissão para averiguar a legalidade** destas decisões e, com o apoio deste Parlamento, exigir explicações mais detalhadas àqueles Estados-Membros”*.

Carlos Coelho é o relator do Parlamento Europeu para a reforma do Sistema de Informação Schengen (SIS), cujo relatório foi aprovado no dia 6 de Novembro pela Comissão de Liberdades Cívicas, Justiça e Assuntos Internos (LIBE) do Parlamento, como pode consultar [aqui](#).

Carlos Coelho, é Deputado ao Parlamento Europeu, membro efectivo da Comissão do Mercado Interno e Protecção dos Consumidores (IMCO) e membro suplente da Comissão das Liberdades Cívicas, Justiça e Assuntos Internos (LIBE)